80 ■ DIÁRIO OFICIAL Nº 33140 Sexta-feira, 03 DE JUNHO DE 2016

—**★ continuação** incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros e que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Visando à mitigação deste tipo de risco, a Cia. monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, buscando diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Cia. irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cia. na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Cia. 16.2 Classificação dos instrumentos financeiros: • Caixa e equivalentes a caixa e aplicacões financeiras - Classificados como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; • Contas a receber de clientes, outros créditos e empréstimos com partes relacionadas -

Classificados como empréstimos e recebíveis; • Fornecedores, e. Índice de cobertura do serviço da dívida junto ao BNDES: empréstimos com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos Classificados como passivos mensurados ao custo amortizado. 17. Outras informações: a. Seguros: A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. b. Benefícios a empregados pós-emprego: Não existe um plano de benefícios pós-emprego, como complemento de aposentadoria, seguro e/ou assistência médica, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores. **c. Derivativos:** A Cia. não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos em 2011 e em 2010.

d. Informação adicional:	2011	2010
Lucro do exercício	7.462	16.806
(+) Despesas financeiras	1.871	2.738
(+) Depreciação e amortização	4.883	4.871
	14.216	24.415

#### 2011 2010 A - Geração de caixa da atividade 29.740 24.415 14.999 14.216 (126)(50)Variação do capital de giro 783 5.501 B - Conta de Consumo de Combustível (CCC) Benefício da Conta Consumo de Combustível 18.183 C - Serviço da dívida 7.097 Amortização de principal 4.206 4.185 2.912 Pagamento de juros D - Índice de cobertura do serviço da dívida = A + B/C 6,75

Filadelfo dos Reis Dias - Diretor Presidente RG: 152.052 SSP/MT - CPF: 047.942.901-44 Fernando Antonio Bertin - Diretor Administrativo Financeiro RG: 7.774.333 SSP/SP - CPF: 001.854.238-76 Gisely Ribeiro Dias Campos - Contadora CRC 1MT0069790-0 "S" PA - CPF: 651.416.791-87

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Buriti Energia S.A. Altamira - PA. selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação Examinamos as demonstrações financeiras da Buriti Energia S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade** dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos

dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cia. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** sobre as demonstrações financeiras: Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Buriti Energia S.A. em 31/12/2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases:** Sem alterar nossa opinião, chamamos a atenção para os seguintes demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma assuntos: As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Cia. Entretanto, obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações as exigibilidades de curto prazo dos fornecedores, empréstimos e financiamentos, patrimônio líquido negativo e o processo de recuperação

judicial da CELPA são indicadores significativos que podem dificultar a Administração na continuidade normal de suas atividades. As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste decorrente dessa incerteza. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Cia. realiza transações com partes relacionadas sem a incidência de atualização monetária. Os efeitos nas demonstrações financeiras originados dessas transações, poderiam ser diferentes se realizadas em condições de mercado. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Cia. comercializa a totalidade da energia produzida para a CELPA, que está em processo de recuperação judicial. As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste decorrente de eventual inadimplência e/ou rescisão contratual. Outros assuntos: Em 4/04/2011, a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2010 enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 25/02/2011, sem ressalvas e com os mesmos assuntos relatados nos §§ de ênfase primeiro e segundo conforme acima. Campo Grande, 9/07/2012. KPMG Auditores
Independentes - CRC SP-014428/O-6 S-MS; Marcelo José de Aquino - Contador CRC SP-183836/O-6 S-MS.

Protocolo 968721

#### SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE **ENSINO DO ESTADO DO PARÁ EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Estabelecimentos de Ensino associados desta entidade em pleno gozo de seus direitos sociais e sindicais para a Assembléia Geral Ordinária, para o dia 16 de junho de 2016, às 17h00m em 1ª convocação e as 17h30m em segunda para proceder por aclamação a eleição do novo corpo diretor para o triênio 2016/19, tendo em vista que apenas uma chapa requereu registro para concorrer ao pleito, na forma do § 2º do artigo 21 do Estatuto Social do Sindicato.

Belém, 3 de junho de 2016. **Suely Melo de Castro Menezes** Presidente

Protocolo 968499

BRASIL KIRIN LOG. E DIST. LTDA, CNPJ: 05,254,957/0074-33 End.: Rod. BR 316, KM 23, S/N GALPÃO B, Benevides/ PA, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Benevides, a Licença de Operação - LO, através do processo 288/2015-2 com validade 04/05/2017.

Protocolo 968517

## **COMUNICADO À REGIÃO**

Informamos a região Norte que o Sr. Alexandre José Sapucaia da Silva, que a partir de 01/06/2016 não mais pertence ao quadro de funcionários da Ind. e Comércio de Espumas e Colchões Belém Ltda (COLCHÕES ORTOBOM), assumindo a partir desta mesma data o Sr. Ramon Reis dos Santos, na qualidade de Diretor Administrativo e Sr. Thiago Moreira Conde, Diretor Comercial.

Protocolo 968654

IPIRANGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP CNPJ 15.598.985/0001-76, MARGEM ESQUERDA DO RIO CAMARAPI, PORTEL/PA, TORNA PÚBLICO QUE RECEBEU DA SEMMA-PORTEL, L.O. Nº 003/2016. ATIVIDADE DESD. DE TORA PARA PROD. DE MAD. SERRADA E SEU BENEFICIAMENTO.

Protocolo 968661

AGÊNCIA DE SANEAMENTO DE PARAGOMINAS - CONT. -016/2016 - CONVITE N°1/2016-00004/ JF SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - EPP. Obj: "Locação e manutenção de software para gerenciamento dos serviços de gestão comercial em saneamento, negociações de débitos, convênios de arrecadação, gerenciador contábil e rotinas de autoatendimento através de site, a ser utilizados pela Agência de Saneamento de Paragominas até 31 de dezembro de 2016". Recurso: próprio, vigência: 27/05/2016 à 31/12/2016, Ord. De Despesa: Herenildo Aguiar Maciel - Superintendente Geral. Pgm 03/06/2016.

CONT. - 017/2016 - DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 7/2016-00002 / SOL E MAR EIRELI - ME. Obj: "Aquisição de produtos químicos (policloreto de alumínio e hidróxido de cálcio) para serem utilizados no tratamento químico de água da agência de saneamento de paragominas pelo período de 60 dias". Recurso: próprio, vigência: 02/06/2016 à 31/07/2016, Ord. De Despesa: Herenildo Aquiar Maciel - Superintendente Geral. Pgm 03/06/2016.

DESPACHO: Considerando os termos de exposição emanados da Agência de Saneamento de Paragominas, os termos do parecer jurídico, dada a necessidade da "aquisição de produtos químicos (policloreto de alumínio e hidróxido de cálcio) para serem utilizados no tratamento químico de áqua da agência de saneamento de paragominas pelo período de 60 dias". Autorizo Dispensa de licitação nº 7/2016-00002, fundamentado no art. 24, Inciso IV, da lei 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações

para contratação da empresa SOL E MAR EIRELI ME através do contrato nº. 017/2016, cuja vigência será de 02 de Junho de 2016 a 31 de Julho de 2016, no valor de R\$ 75.200,00 (Setenta e cinco mil e duzentos reais). Recurso: Próprio. Herenildo Aguiar Maciel- Superintendente Geral. Pgm. 03.06.2016.

Protocolo 968688

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2016 A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM torna público que fará realizar no dia e local abaixo licitação, Modalidade Pregão Presencial:

## PROCESSO No. 056/2016

Tipo: Menor Preço Por Global.

Objeto: aquisição de MATERIAL ODONTOLÓGICO para atender as necessidades da Câmara Municipal de Belém/PA, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital correspondente.

Lastro orçamentário MÁXIMO: R\$ 14.907,42 (quatorze mil novecentos e sete reais e quarenta e dois centavos).

Data, horário e local de abertura: 13/06/2016, às 10h00m (dez horas), no Edifício-Sede da Câmara Municipal, situado na Travessa Curuzú, nº. 1755, Marco, na cidade de Belém - Pará, Sala Diretoria Administrativa e Financeira (DEAFIN).

Edital: O edital estará disponível aos interessados na Comissão Permanente de Licitação (DEAFIN), no endereço acima referido, de segunda a sexta-feira, nos horários das 08h00 às 13h00, ou poderá ser solicitado através do e-mail: cpl@cmb.pa.gov. br Outras informações: Pessoalmente, junto à Divisão de Planejamento, por telefone: (91) 4008-2254 ou através do e-mail: cpl@cmb.pa.gov.br. Belém, 03 de junho de 2016.

Edgar Ragi Ghammachi Pregoeiro

Protocolo 968890